

● COMUNIDADES

TAP equaciona fazer escala no Funchal na rota da Venezuela

SECRETÁRIO DE ESTADO DAS COMUNIDADES REUNIU-SE ONTEM COM O CEO DA TAP

ORLANDO DRUMOND
odrumond@dnoticias.pt

A TAP avalia a possibilidade de vir a retomar a escala no Funchal nas ligações aéreas entre Lisboa e Caracas. O desejo há muito reivindicado pela expressiva comunidade emigrante radicada na Venezuela, voltou a ser ontem tema de conversa, desta feita num encontro de trabalho que Paulo Cafôfo, secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, manteve com Luís Rodrigues, o CEO da TAP.

As ligações aéreas com duas das maiores comunidades portuguesas fora da Europa, caso da Venezuela e África do Sul, foram assuntos discutidos pelo madeirense Paulo Cafôfo na “conversa muito honesta e muito franca” que manteve com o novo CEO da TAP e antigo administrador da SATA.

Oportunidade para reforçar junto do sucessor da gestora francesa Christine Widener, que as comunidades portuguesas nos dois países de acolhimento “têm exigido, e bem, ligações aéreas que correspondam aos seus anseios e necessidades”.

O governante nacional sustenta que “independentemente do pro-



Cafôfo com motivos para sorrir depois da reunião que manteve ontem com Luís Rodrigues, o novo CEO da TAP. FOTO DR

cesso de privatização que está em curso, a TAP deve olhar para a diáspora não como um problema, mas como uma oportunidade”. Reconhece que a realidade da companhia área portuguesa “exige que haja rentabilidade financeira e sustentabilidade” nas decisões que toma, mas também deixou claro “não fui exigir esmola ou caridade à TAP, fui exigir que a TAP aproveite os países onde temos forte comunidade para a partir daí criar li-

gações aéreas que possam ser rentáveis para a companhia”, convicto que “a comunidade portuguesa aqui não é um problema, mas sim a solução” por ver nas grandes comunidades emigrantes “uma oportunidade para a companhia poder explorar linhas que são rentáveis”, contribuindo assim para a desejada viabilidade financeira da transportadora aérea nacional.

No final da reunião Cafôfo destacou a desejada ligação directa

entre Caracas e o Funchal, dizendo mesmo que esta foi das principais questões discutidas.

“Foi-me garantido pelo CEO da TAP que a companhia está a rever a rede de ligações aéreas e dentro dessa revisão está a ser avaliada a possibilidade de retomar a escala no Funchal nas ligações entre Portugal e a Venezuela”. Ressalva que Luís Rodrigues não lhe deu a certeza dessa alteração, mas antes assumiu que está a ser ponderada e

avaliada essa possível alteração na referida ligação aérea no programa que está a ser estudado para o próximo ano.

“Reforcei esta velha aspiração e da parte do CEO, sem se comprometer, obtive a garantia que está a ser equacionada essa escala. Vamos por isso manter esta pressão sobre a administração”.

Mesmo sem um compromisso efectivo, Cafôfo regista a abertura do CEO. “Houve aqui uma disponibilidade e um entendimento”, facto que diz não ser alheio ao facto de “o agora CEO da TAP ter sido administrador da SATA, e sendo a SATA uma companhia açoriana com ligações à diáspora, notei aqui uma outra sensibilidade e outra disponibilidade para enquadrar estas questões e a importância que uma ligação directa terá junto da comunidade portuguesa e, consequentemente, para Portugal”, enaltece. É nessa “sensibilidade” que encontrou em Luís Rodrigues que espera possam influenciar as soluções que venham a ser tomadas pela TAP no sentido de irem também ao encontro “dos desejos e anseios do Governo português e da sua comunidade emigrante”.

África do Sul ‘fora’ de rota

Quanto à República de África do Sul, destino onde Portugal não tem qualquer ligação aérea directa “o CEO da TAP foi muito claro que neste momento não está em cima da mesa. Ao contrário da ligação entre Lisboa e Caracas com possível paragem no Funchal, que está a ser equacionada, por agora a TAP não equaciona voar para África do Sul, mas deixou uma ‘porta aberta’ no sentido dessa possibilidade poder vir a ser equacionada no futuro”, revelou.

Só em futuras reorganizações estratégicas da companhia poderá vir a ser avaliado África do Sul como destino África do Sul, sendo certo que para já não entra na equação sequer a possibilidade de voar para o país mais a sul do continente africano.

Cafôfo aceitou os argumentos que colocam a TAP fora de rota para África do Sul, mas não dá o assunto por encerrado. Lembra que “a realidade também é dinâmica” e por isso, continuará a alimentar o sonho de ainda poder ver a TAP a voar Joanesburgo ou outra cidade sul-africana.

VOLTAR À PÁTRIA

■ Outro dos assuntos na agenda trabalhos foi o programa que pretende trazer a Portugal cidadãos portugueses que há muito tempo não vêem a Portugal por não terem disponibilidade financeira para o fazer.

Um programa delineado para ser elegível junto de cidadãos com mais de 65 anos de idade, que há mais de 20 anos estejam fora de Portugal e que tenham comprovadas carências socioeconómicas que não lhes permitam regressar. Programa que pretende ser “uma viagem de reencontro com as origens” onde “além da viagem, estarão programadas uma estadia em Portugal e um programa sociocul-

tural associado a essa deslocação”. Neste programa que está a ser trabalhado “há já o compromisso da parte da TAP para a sua implementação, mas isto implica outros parceiros que não apenas a TAP. Teremos outros parceiros, nomeadamente na área da hotelaria”, apontou.

REPATRIAMENTO

O repatriamento de cidadãos nacionais foi outro dos assuntos debatido entre os dois responsáveis. Embora através da protecção consular já haja a possibilidade de efectuar repatriamento de cidadãos nacionais em determinadas condições, o secretário de Estado

das Comunidades Portuguesas aproveitou para desafiar a TAP em ser parceira neste “programa de repatriamento para situações de gravidade extrema, de cidadãos que nalguns países ou em países que tenham uma situação política e económica complexa, esses cidadãos não tendo meios para virem definitivamente para Portugal, não o possam fazer. Cidadãos com perfil não apenas da sua condição socioeconómica, mas de debilidade de saúde e de problemas sociais”, esclareceu. Para a execução do mesmo, faz saber que além da articulação com a TAP (Ministério das Infraestruturas) para a questão da viagem,

conta também com contributos do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, por serem casos “que implicam a intervenção destas áreas governativas. Não queremos que venham para Portugal e fiquem entregues à sua sorte”. Lembra que normalmente nestas situações, os cidadãos em causa já não têm uma rede social ou familiar, e por isso, precisam de acompanhamento. Daí a importância deste programa poder contemplar condições para uma “integração global de apoio a estes nossos compatriotas”, concretizou.